

## MAIO DE 2016: SENTIDOS EM TORNO DO SIGNIFICANTE “CULTURA” NO ESPAÇO VIRTUAL<sup>1</sup>

Felipe Augusto Santana do Nascimento<sup>2</sup>

### Resumo:

*Este trabalho, filiado à Análise de Discurso materialista, analisa os sentidos em torno do significante “cultura” nos discursos que circularam no espaço virtual a partir do afastamento da Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, em maio de 2016. A extinção do Ministério da Cultura (MinC) foi uma das primeiras medidas do governo de Michel Temer, mas devido às repercussões negativas e uma série de mobilizações em espaços culturais e em redes sociais o MinC foi recriado, onze dias após a sua extinção. A partir de sequências discursivas recortadas do espaço virtual, observamos como tanto o ódio à cultura quanto a resistência pela cultura foram postas em circulação num país onde os sentidos em torno do direito à cultura pareciam estar semanticamente estáveis. A breve extinção do MinC, portanto, expôs a diferença constitutiva das relações sociais e a dificuldade do governo de administrar esse litígio.*

**Palavras-chave:** *Cultura; Espaço virtual, Litígio, Ministério da Cultura.*

### Abstract:

*The present work, affiliated to materialist Discourse Analysis, assesses the meanings around the signifier “culture” in the discourses that circulates in the virtual space since the impeachment of Brazilian President, Dilma Rousseff, in May of 2016. The extinction of the Ministry of Culture (MinC) was one of the first measures of Michel Temer government, but, due to both negative repercussions and a series of mobilizations in cultural spaces and in the social media, the MinC was recreated eleven days after its extinction. From the discursive sequences cropped in the virtual space, we observed that both hatred towards culture and the resistance to protect it were put in circulation in a country where the meanings regarding the right to culture seemed to be semantically stable. The brief extinction of MinC, therefore, exposed the constitutive differences in the social relations and the struggles of the government to manage that litigation.*

**Keywords:** *Culture; Virtual Space; Litigation, Ministry of Culture.*

---

<sup>1</sup> Este artigo retoma a apresentação “A cultura também merece que lutemos por ela”: o golpe no Brasil e os sentidos em torno do significante ‘cultura’ no espaço virtual” no VI Jornadas de Análise do Discurso - JADIS VI - e II Congresso Internacional de Estudos do Discurso da Universidade de São Paulo - CIED II, na cidade do Porto em outubro de 2016.

<sup>2</sup> Doutorando em Linguística pela UNICAMP. Bolsista do CNPq. Contato: [felipe.augustus@hotmail.com](mailto:felipe.augustus@hotmail.com).

## Introdução

Pensar a cultura *na* história é o ponto de partida deste artigo. Diferentemente de muitos trabalhos que envolvem a cultura, o nosso parte da perspectiva de que a cultura não pode ser compreendida em si, mas *na* história. Isto significa, portanto, que a cultura não é uma totalidade indiferente à história e ao sujeito, ao contrário, ela é incompleta, equívoca e funciona *na* história e *pelo* sujeito. É por haver historicidade, então, que o significante cultura apresentou diferentes sentidos ao longo do tempo, sendo hoje um significante de difícil definição, que comumente é associado à construção de identidades nacionais, embora seja possível observar hoje sua importância em diferentes instâncias da sociedade. Assim, em relação ao Estado, a cultura, ao ser tomada como um dos elementos fundamentais na construção de uma identidade nacional, funciona no apagamento da historicidade, já que, por se apresentar como uma categoria neutra e universal, é responsável, conforme Escobar (1979, p. 185), pela dissimulação da luta de classes no Aparelho Ideológico de Estado, como se ela não fosse ou pudesse ser usada a favor de determinada classe. A cultura, ao contrário de ser uma categoria a-política e a-histórica, serve aos interesses da classe dominante, que, muitas vezes, determina o que é e o que pode ser considerado “a” cultura.

Nesse sentido, mesmo havendo uma grande discussão sobre o que seria a cultura e sendo muitas as formas de defini-la, em relação à noção de cultura estamos diante de uma saturação de sentidos que é submetida a um esvaziamento: é uma noção neutra que se apresenta para o sujeito como evidente, como se seu sentido não pudesse ser outro<sup>3</sup>. A neutralidade que supostamente o termo parece supor aponta para um trabalho político que, a partir de uma determinada posição, a da classe dominante, foi determinado o que poderia ser considerado cultura. Prova disso, é que se perguntado sobre o que seria cultura, dificilmente alguém hesitaria em responder ou em reconhecer determinados objetos como culturais ou não. Dessa forma, mesmo que tenhamos disputas de sentidos para definir o que seria considerado como parte da cultura, determinados sentidos sobre a cultura e o reconhecimento de

---

<sup>3</sup> Em trabalho anterior (NASCIMENTO, 2016), discutimos, a partir do verbete cultura em alguns dicionários de Língua Portuguesa, a proliferação dos sentidos dessa palavra. A dificuldade de defini-la se marca fortemente nos dicionários de línguas (e também nos de terminologias) que, na tentativa de fechar os sentidos dessa palavra, produz uma saturação dos sentidos, ao mesmo tempo em que os esvazia, tornando-se algo que não deve ser questionado: cultura é cultura, não sendo possível por isso em questão. É o apagamento da historicidade e do político que está na base desse funcionamento.

determinados objetos como culturais funcionam como semanticamente estáveis, evidentes para os sujeitos<sup>4</sup>. Esse funcionamento se deve, entre outros fatores, ao fato de que o aparelho cultural se apresenta como não ideológico e, portanto, como natural, como se a cultura fosse inerente ao sujeito e à vida em sociedade. A cultura, nesse sentido, não pode ser questionada e, por ser natural ao sujeito, tem que ser aceita e preservada<sup>5</sup>. Para se contrapor a esse viés natural, segundo Escobar (1979), é preciso pensar a cultura no materialismo histórico, sendo necessário levar em consideração as contradições na e pela cultura.

Para nós, que trabalhamos com Análise de Discurso, o reconhecimento do materialismo histórico é fundamental para se pensar o funcionamento do discurso, já que o discurso é pensado na história, ou seja, na/pela contradição. Em relação à cultura, não é diferente. Tanto a cultura quanto os discursos sobre a cultura estão submetidos à história, sendo preciso levar em conta a contradição inerente à política e à história no funcionamento discursivo. Por isso reafirmamos: falar de cultura no campo da Análise de Discurso materialista<sup>6</sup> implica pensar a cultura *na* história, o que nos leva a pensar a cultura não como um todo homogêneo, mas como um *processo* e, ao mesmo tempo, um *produto* que se constitui *na* história<sup>7</sup>. Pensar a cultura na história é necessariamente pensar o sujeito na linguagem. O sujeito se realiza na e pela linguagem e essa relação se dá na história.

Se pensarmos o significante cultura em relação à história, podemos observar que a compreensão dos sentidos de cultura que temos hoje não está desvinculada de sentidos que foram se constituindo em diferentes momentos da história. A relação da cultura com a nação, por exemplo, a partir de um determinado nacionalismo romântico que igualou cultura à nação, produziu a identificação do sujeito à cultura e, por sua vez, ao Estado-nação. Esse processo de identificação-reconhecimento

---

<sup>4</sup> Os objetos tidos como culturais são produtos de um trabalho político, não sendo, portanto, dados naturalmente. No entanto, eles aparecem para os sujeitos como evidentes, a-históricos. Tal funcionamento é o que permite o não questionamento sobre a escolha, que é sempre política, de um elemento como cultural.

<sup>5</sup> Um dos trabalhos do Estado sobre a cultura consiste em preservar uma memória, real ou fictícia, na qual os sujeitos vão se identificar como parte de um todo. Nesse sentido, tanto a preservação de manifestações, espaços ou objetos culturais quanto o trabalho de reconhecimento de uma tradição funcionam na identificação dos sujeitos ao Estado-nação.

<sup>6</sup> A designação Análise de Discurso Materialista é uma tentativa de especificar o nosso posicionamento teórico-político frente aos diversos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos sob o rótulo de Análise de Discurso. A adjetivação materialista remete ao materialismo histórico e é uma tentativa de dar consequência à demanda do material. Isto significa que partimos de uma perspectiva na qual a materialidade, seja ela verbal ou não, remetida às condições de produção importa.

<sup>7</sup> A partir dos sentidos textualizados na materialidade específica de diversos dicionários de língua portuguesa, observamos que há uma regularidade que aponta para o *processo* e *produto* da cultura: o cultivo e o cultivado. Estamos insistindo, a partir dos trabalhos de Carolina Rodríguez-Alcalá (2004; 2010; 2011), na relação entre o *processo* e o *produto*, os sujeitos e os objetos, em determinado espaço e tempo. Tal relação está materializada em um dos sentidos da palavra cultura que, ao significar cultivo da terra e o resultado desse cultivo, aponta para o *processo* (o sujeito que cultiva a terra) e o *produto* desse cultivo.

funcionou e continua funcionando pela ordem jurídica na relação de identificação dos sujeitos ao Estado. Assim, as políticas públicas de cultura, como outras políticas públicas, funcionam nos processos de identificação dos sujeitos ao Estado, já que, no caso das políticas públicas de cultura, por exemplo, uma das formas do Estado forjar lugares de identificação nos quais os sujeitos vão se reconhecer como parte de uma “unidade cultural” é pela invenção de um passado comum, uma tradição, que vai delimitando a relação dos sujeitos entre si e com o Estado. Esse processo, baseado sobretudo em concepções étnicas, tem no Direito o mecanismo legal que assegura a todos o direito à cultura. No entanto, como nos ensina a Análise de Discurso, não há ritual sem falha e, dessa forma, sendo a cultura trabalhada pelo Estado, ela também funciona como um Aparelho Ideológico de Estado, que regula o que deve ser entendido ou não por cultura e censurando aquilo que não deve ser compreendido como parte da “cultura” (NASCIMENTO, 2016).

O Ministério da Cultura, portanto, não está alheio a essas questões, já que, sendo parte do Estado, funciona na legitimação de sentidos sobre a cultura ao mesmo tempo em que trabalha na legitimação do que é considerado ou não como da ordem do cultural. Assim, mais especificamente em relação às políticas públicas de cultura, compreendemos tais políticas como um lugar de tensões e contradições, pois, a partir de nosso posicionamento político-teórico, é, ao não apagar tais tensões e contradições, que podemos compreender o político na cultura. A constituição de uma unidade da cultura nacional, desse modo, não está alheia à tensão entre a unidade formal, o que é tido como cultural, e a diversidade concreta, o efetivo funcionamento da cultura. No entanto, o que temos é um cerceamento dessa diversidade concreta em prol de um imaginário de cultura nacional (da ordem da *eficácia material do imaginário*<sup>8</sup>) que serve ao Estado brasileiro na identificação de “seus” sujeitos. É aí que temos, então, funcionando a *fabricação do consenso*<sup>9</sup>, uma vez que o Estado, por meio de seu papel de “articulador simbólico” dos vínculos sociais, produz um

---

<sup>8</sup> Pêcheux, em *Semântica e Discurso*, refere-se à *eficácia material do imaginário* quando comenta que para se pertencer a um “conjunto de franceses” é necessário que o sujeito se produza como “francês, o que supõe a existência eficaz não de ‘Marianne’, mas da ‘França’ e de suas instituições políticas e jurídicas” (2009, p. 109, grifo do autor).

<sup>9</sup> Referimo-nos ao título do livro *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*, organizado pela Professora Eni Orlandi. Neste livro, o argumento sustentado pelos artigos é que o consenso sustenta os processos discursivos em relação às políticas públicas urbanas.

imaginário de consenso pelas políticas públicas de cultura, ao administrar a diferença constitutiva da sociedade em prol de uma unidade (ainda que plural) imaginária<sup>10</sup>.

O Estado, nesse sentido, não é necessariamente sinônimo de governo, pois, independentemente do governo, o Estado tem uma injunção a administrar os sujeitos e os sentidos. As políticas públicas, assim, estão relacionadas ao governo que está no poder. Dessa forma, em relação ao Estado brasileiro, os interesses em torno da cultura não foram sempre os mesmos, recebendo diferentes investimentos e atenção dos governos, o que produziu em determinados períodos da história brasileira crescimento do setor cultural. Assim, no governo de Getúlio Vargas, houve, mais explicitamente, o interesse político pelo setor cultural, ainda que por meio de uma política mais autoritária<sup>11</sup>. De igual modo, a cultura foi objeto de políticas públicas no período ditatorial, principalmente por meio de políticas de preservação e de resgate da memória nacional. Com o fim da Ditadura Civil-militar, o interesse pela cultura foi marcado pela criação do Ministério da Cultura e por políticas de incentivo à cultura, com a entrada do Brasil na era do neoliberalismo. No governo de Fernando Collor, em 1990, o MinC foi extinto, retornando logo depois no ano de 1992. Em 2003, no governo de Lula, as políticas públicas de cultura tornaram-se mais “democráticas”<sup>12</sup> e receberam grande atenção e investimentos, culminando, em 2010, já no governo de Dilma Rousseff, na aprovação do Plano Nacional de Cultura, que planejou as ações e os investimentos no setor cultural até 2020.

Chegamos, então, ao ano de 2016 e é este momento político que aqui nos interessa. O recente golpe parlamentar que afastou a Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, em maio de 2016, e culminou no seu afastamento definitivo, foi alvo de muitas críticas por parte da população e de movimentos sociais e, em contrapartida, gerou o silêncio da grande mídia brasileira. A extinção do Ministério da Cultura (MinC) foi uma das primeiras medidas realizadas pelo então Presidente interino, Michel Temer, produzindo em parte dos artistas, dos produtores culturais e da população brasileira críticas e repercussões negativas. O Estado, por meio de seu papel de “articulador simbólico” dos vínculos sociais (ORLANDI, 2010), por muito

---

<sup>10</sup> É interessante observar que o Estado até reconhece a multiculturalidade, mas esse reconhecimento se dá por meio de um imaginário de unidade consensual que produz a organização das culturas, da dispersão, reconhecendo o multiculturalismo como um todo unitário, a cultura imaginária.

<sup>11</sup> Lima *et al* (2011), sustentados no trabalho de Chauí, *Cidadania Cultural: o direito à cultura*, afirmam que “a política cultural autoritária seria aquela que utiliza a cultura como instrumento justificador dos regimes políticos”.

<sup>12</sup> No governo Lula (2003), houve uma maior abertura para setores da população que não tinham suas manifestações reconhecidas como culturais. Houve, assim, uma ênfase nas políticas de democracia cultural e de democratização cultural. Discutimos o funcionamento de tais políticas em *Ler a cultura hoje: a construção do consenso nas políticas culturais do Estado brasileiro* (NASCIMENTO, 2017).

tempo, produziu um imaginário de *consenso* pelas políticas públicas de cultura, ao administrar a diferença em prol de uma unidade imaginária; no entanto, a ruptura ocasionada pelo afastamento da Presidenta provocou na esfera cultural conflitos e embates políticos. Iniciou-se, assim, uma série de mobilizações nos mais variados espaços culturais e nas redes sociais que culminaram na recriação do MinC, onze dias após a sua extinção. Filiado à Análise de Discurso materialista, buscamos analisar o lugar atribuído à cultura e os sentidos em torno desse significante nos discursos que circularam no espaço virtual a partir do golpe de 2016 no Brasil. Que sentidos são esses que circularam? É a pergunta que norteará as nossas análises. A discussão em torno de tais sentidos nos ajuda a melhor compreender como os dizeres sobre a cultura são tomados por diferentes posições para justificar determinadas ações políticas.

Trazemos, neste trabalho, alguns enunciados que circularam no espaço virtual sobre o fim do Ministério da Cultura em maio de 2016. Tais enunciados foram recortados de diferentes textualidades que circularam no espaço virtual. Aqui, vale ressaltar, estamos entendendo o espaço virtual não como um lugar empírico, mas, conforme Adorno de Oliveira (2015, p. 27), como relações materiais. O espaço virtual, nesse sentido, seria um desses espaços em que essas relações se dariam. Assim, seguindo o autor, o espaço é

[...] constituído por um complexo de gestos de interpretação no encontro de diferentes posições-sujeito. Um espaço dividido pelas possibilidades de certos gestos circularem e outros não, dependendo do modo como se regionalizam o jogo, a luta e o encontro de posições-sujeito. Em última instância, compreendo o espaço como a materialidade da divisão da circulação das discursividades.

É nesse espaço de lutas pela interpretação e pelo poder dizer que os sujeitos estão inseridos. Nesse sentido, embora reconheçamos a heterogeneidade de redes sociais, presentes no espaço virtual, as diferentes possibilidades de comentar, de publicar e de ser sujeito, não estamos olhando para as especificidades de cada gênero, mas para os enunciados que circularam sobre o Ministério da Cultura e, por sua vez, sobre a cultura. Para efeito de análise, na Análise de Discurso, ainda que reconheçamos a importância dos gêneros para a compreensão e organização da sociedade, a seleção das sequências discursivas, que no nosso caso foi constituída de enunciados que circularam posteriormente ao afastamento da Presidenta Dilma Rousseff em maio de 2016, não está diretamente ligada aos gêneros discursivos, enquanto regulatório e organizador de um texto, já que o funcionamento discursivo,

que é mais amplo do que gêneros discursivos, é regulado pela formação discursiva que determina *o que pode e deve ser dito* (HAROCHE, PÊCHEUX, HENRY, 2007, p. 26), sendo assim possível observar o mesmo funcionamento discursivo em diferentes gêneros. Além disso, a partir de nossa perspectiva teórico-analítica, por haver historicidade, as sequências discursivas não se limitam ao tempo cronológico, o que significa dizer que para uma análise discursiva as sequências não precisam necessariamente seguir a ordem de quando elas foram enunciadas, uma vez que o processo discursivo não é linear e regular, mas contraditório, não-linear, não apresentando, portanto, um ponto inicial e um ponto final.

Vamos às sequências discursivas:

SD1: Concordo que o povo merece ter acesso a cultura e lazer.... PORÉM ANTES E MAIS PRIORITÁRIO É A SAÚDE, SEGURANÇA, EMPREGO, MORADIA, SANEAMENTO BÁSICO, ENTRE OUTRAS NECESSIDADES MAIS IMPERIOSAS...ESTE MINISTÉRIO DA CULTURA SÓ AGRADA AOS ARTISTAS QUE QUEREM VIVER DELE, COM OS NOSSOS IMPOSTOS. (Comentário do leitor no G1 sobre o fim do MinC)

SD2: “cultura é coisa de vagabundo” (comentário na página do Facebook FicaMinC)

SD3: “sou totalmente a favor da cultura, mais começando pela base, não inflando o cofre de comunista vagabundo.” (comentário do leitor no G1 sobre o fim do MinC)

SD4: “OS ESQUERDOPATAS ESTÃO CHORANDO PORQUE TEMER ACABOU COM UM DOS S[E]US ANTROS, MINISTÉRIO DA CULTURA” (Postagem no Twitter - Sillas Malafaia).

“Artistas”, “vagabundos”, “Comunistas vagabundos” e “esquerdopatas” são designações que circularam com mais intensidade em maio de 2016 e que se sustentam na divisão das relações sociais e na oposição entre o trabalho braçal e o

ocioso. A abertura dada à democratização do acesso à “cultura”<sup>13</sup> pelo governo do PT nos últimos anos produziu a atualização de dizeres que evidenciam a diferença constitutiva das relações sociais, a luta de classes. Nesse momento histórico-político, o que está em jogo não é apenas o que se entende por cultura, mas a abertura dada ao setor cultural no governo do PT. Essa abertura ao setor cultural, ainda que criticada por estudiosos da área, é significada como favorecimento a vagabundos, a comunistas, a esquerdopatas. Ao contrário de serem compreendidos como trabalhadores que precisam de melhores condições de trabalho, aqueles que se dedicam à cultura não são considerados trabalhadores. A dedicação à cultura e aos estudos (também cultura, no sentido de cultivo do conhecimento) é significada como não trabalho, que, muitas vezes, é reduzido ao trabalho “braçal”. Funcionando pela oposição trabalho braçal e ocioso, o fim do Ministério da Cultura é justificável porque ele sustenta “vagabundos” (principalmente pela Lei Rouanet<sup>14</sup>), não é rentável e suas ações estão ligadas ao governo do PT.

Assim, embora se reconheça a necessidade da cultura (“concordo que o povo deve ter acesso a cultura e lazer” “sou totalmente a favor da cultura”), há ressalvas “mais começando pela base”, “porém antes e mais prioritário é a saúde, segurança etc...”. Perguntamo-nos: o que significa ser a favor da cultura, mas...? O significante cultura, ao mesmo tempo em que é um significante equívoco, é tomado como um todo, funcionando pela evidência de que a cultura é importante, mas primeiro é preciso dar prioridade a outros setores. O reconhecimento da cultura e ao mesmo tempo a negação da importância de investimento nesse setor abre pouco espaço para a contradição. Nesses dois discursos, logicamente estabilizados, parece que temos a contenção da contradição e, com isso, a não possibilidade de outros sentidos circularem. O sentido dominante, para essa posição, é o de que a cultura, embora necessária, está ligada ao ócio e não é, portanto, prioridade por não ser rentável. Ao contrário, é preciso que se corte gastos nesse setor e que ele seja incorporado a outro ministério, como ao Ministério da Educação.

---

<sup>13</sup> Como aponta Lima *et al* (2013), há diferentes focos nas políticas públicas de cultura, dois deles se baseiam na democratização da cultura e na democracia cultural. Esses foram, sobretudo, os focos dos governos Lula e Dilma, já que nesses governos houve uma abertura para o reconhecimento da “diversidade cultural”, por meio da política de democracia cultural, e uma maior democratização de bens culturais, considerados antes inacessíveis à boa parte da população. Discutimos (NASCIMENTO, 2017) a produção do consenso nas políticas públicas de cultura do Estado brasileiro na contemporaneidade.

<sup>14</sup> Lei de incentivo fiscal à cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991) que foi criada no Governo de Fernando Collor e o seu nome homenageia o então secretário da cultura Sérgio Paulo Rouanet. A Lei consiste em empresas e cidadãos poderem aplicar parte do imposto de renda em ações culturais, incentivando assim o setor. Embora a Lei tenha possibilitado o aumento de investimentos no setor cultural, ela sofre muitas críticas, principalmente por atribuir às empresas o poder de decisão sobre os patrocínios que serão realizados.



Embora de certo modo a assistência ao *processo* da cultura (aos sujeitos que produzem cultura) esteja de alguma forma sendo assegurada, por ser associada à educação, produz-se uma colagem de que os produtores da cultura são vagabundos, negando outros sentidos possíveis de *processo* da cultura. A colagem entre cultura e educação, que perdura até hoje (e é atualizada pela transformação do Ministério da Cultura em uma secretaria do Ministério da Educação<sup>15</sup>), produz o apagamento de outros processos culturais possíveis, dos diferentes sujeitos que produzem “cultura”, que, por não terem seus trabalhos vinculados ao trabalho intelectual, provavelmente não terão ou terão pouca assistência garantida pelo governo e serão relegados ao esquecimento.

Chegamos a outros enunciados que circularam em maio de 2016:

SD5: Fica Minc - pela cultura e pela volta da democracia (página no Facebook)

SD6: “país sem cultura é terreno fértil para oportunistas vendilhões de templo” (Twitter em resposta à postagem de Sillas Malafaia)

SD7: Só quem trabalha com Cultura entende o q isso representa. Não só de trabalho e preocupações vive o homem. Nós precisamos de cultura e lazer. Antigamente só os ricos tinham acesso aos Concertos Musicais nos Grandes Teatros. Hoje qualquer um pode ir e detalhe de graça. (Comentário do leitor sobre matéria do G1 sobre a extinção do MinC)

Contrários ao fim do Ministério da Cultura, foi criada hashtag #FicaMinC e uma página no Facebook “Fica MinC - pela cultura e pela volta da democracia”, com mais de 40 mil curtidas. Por meio das redes sociais, principalmente pelo uso da hashtag, outros sentidos em torno do significante cultura passaram a circular, possibilitando a contradição e, assim, a irrupção da “resistência”. O #ficaMinC é uma luta tanto pela cultura quanto pela democracia, pois “país sem cultura é terreno fértil para oportunistas vendilhões de templo”. Há uma colagem da cultura ao Ministério da Cultura, que funciona pela generalização e pelo apagamento do fato de que a cultura existe sem o Ministério.

---

<sup>15</sup> Esse posicionamento foi revertido após intensa mobilização de artistas e do público em geral. No entanto, o desmonte do Ministério da Cultura continua, já que foi reduzida a verba para esse setor.

Além disso, ao mesmo tempo em que se sustenta o argumento de que “só quem trabalha com Cultura entende o que isso (o fim do MinC) representa”, se produz o sentido de que, embora se opondo ao primeiro bloco de sequências discursivas (SD1, SD2,SD3, SD4), também se sustenta na oposição entre trabalho e ócio: “Não só de trabalho e preocupações vive o homem. Nós precisamos (a produção de evidência de um nós universalizante) de cultura e lazer”. A partir de um “nós”, que funciona discursivamente como universalizante, busca-se assegurar os direitos à cultura, a reconhecida pelo Estado, como se o sujeito não pudesse viver sem ela. Sustentados na oposição trabalho e cultura, preocupações e lazer reivindica-se a recriação do MinC e a manutenção dos direitos adquiridos: enquanto “antigamente só os ricos tinham acesso aos Concertos Musicais nos Grandes Teatros. Hoje qualquer um pode ir e detalhe de graça”. Reivindica-se a volta do MinC e com ele a democratização da cultura (a erudita?) que foi realizada nos últimos anos.

Esses discursos em torno do fim do Ministério da Cultura apontam para a disputa de sentidos em torno da cultura e a sua importância em nossa sociedade. É preciso salientar o fato de que o MinC, ao funcionar como um dos mecanismos regulatório do Estado para investir na cultura, funciona também determinando o que é (e não é) considerado cultura em nossa sociedade. Há, no entanto, outros discursos que significam cultura. Embora não apareça em nossas sequências, adjetivações como *popular* e *alternativa*, por exemplo, ao incidirem sobre a cultura (como em cultura popular, cultura alternativa), demonstram a disputa de sentidos em torno dessa palavra. Além disso, nas sequências discursivas acima, a mesma base material, cultura, é significada a partir de diferentes posições, o que também aponta para o político em torno dessa palavra.

Assim, apesar de os discursos em torno do #FicaMinC funcionarem basicamente na oposição ao fim do Ministério da Cultura, queremos sustentar que eles permitiram a possibilidade de que outros discursos circulassem e de que uma “resistência possível” (a “resistência” ao já posto - “resistência” ao fim do Ministério da Cultura, limitando outras possibilidades de identificação para os sujeitos), conforme aponta Modesto (2016), ocorresse e com ela a produção de um “efeito de resistência”, ainda que limitado ao funcionamento da oposição ao já posto.

A cultura é um significante que funciona pela equivocidade e pelo apagamento da contradição. Embora cultura possa significar muitas coisas, a cultura se apresenta como um significante neutro que se apresenta para o sujeito como uma necessidade, mas não necessariamente uma prioridade. O reconhecimento da necessidade da

cultura, de se ter políticas públicas voltadas para este setor, evidencia o desejo dos sujeitos por manterem a ordem sem, muitas vezes, deslocar ou inverter, mas preservando o sistema. Ou seja, a partir dessa posição, só se apresenta como possível a luta pela manutenção dos direitos, sem a possibilidade de instaurar o equívoco e a contradição. Ao tomar a língua em sua incompletude e compreender a contradição como constitutiva dela, é possível instaurar o equívoco e que outros/novos discursos possam circular. É ao abrir para a possibilidade de outros sentidos, sem cair em discursos logicamente estabilizados, que é a produção de novas/outras formas de relação social será possível.

Tanto a “rejeição” à cultura quanto a resistência pela cultura foram postas em circulação num país onde os sentidos em torno do direito à cultura pareciam estar semanticamente estáveis. A breve extinção do MinC, portanto, expôs a diferença constitutiva das relações sociais e a dificuldade do atual governo em administrar o litígio provocado pelo fim do MinC. A recriação do Ministério da Cultura, nesse sentido, é uma tentativa do Estado de conciliar o conflito, mas, como aponta Lagazzi (2010), a conciliação se torna um lugar controverso, na medida em que se torna uma prática circular e não busca resolver as causas dos conflitos. A questão que nos fica é: como abrir espaço para a contradição em uma situação em que os discursos se apresentam na oposição, logicamente estabilizados? Pensar a cultura na história e o sujeito na linguagem, a nosso ver, é a possibilidade de se abrir para o equívoco, é a possibilidade de que o sem-sentido faça sentido e que outros sentidos possam circular.

A Análise de Discurso nos ajuda a compreender como os discursos funcionam, como os sentidos se constituem, são formulados e circulam na sociedade. Compreender os discursos sobre a cultura e o seu funcionamento (discursivo) na sociedade é fundamental. Para tanto, é preciso que lutemos pela cultura, ou seja, que a cultura seja objeto de estudo da Análise de Discurso e seja compreendida “na falha da língua na história” (ORLANDI, 1999), em sua equivocidade.

## Referências

ADORNO DE OLIVEIRA, Guilherme. **Discursos sobre o eu na composição autoral dos vlogs**. Tese de Doutorado em Linguística - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, [s. n.], 2015.

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ESCOBAR, Carlos Henrique. Da categoria cultura: do aparelho cultural do Estado. In: FELIX, M. *et al.* **Encontros com a civilização brasileira**, v. 16. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979, p. 183-214.
- HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. [1971]. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007, p. 13-32.
- LAGAZZI, Suzy. O confronto político urbano administrado na instância jurídica. In: **Discurso e políticas públicas e urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas, Editora RG, 2010, p. 75-84.
- LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; SOUZA, Valmir. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura. In: **Anais do IV Seminário Internacional de Políticas Culturais**, 2013, p. 1-17.
- MODESTO, Rogério. Uma outra cidade? A resistência possível e o efeito de resistência: Uma proposta. In: **Fórum Linguístico**. Florianópolis, v. 13, n. 1, jan/mar, 2016, p. 1083-1093.
- NASCIMENTO, Felipe Augusto Santana. O verbete cultura: apontamentos sobre a relação entre cultura e Estado (nacional). In: ORLANDI, Eni *et al.* **Anais do Enelin 2015**. Pouso Alegre: Univás, 2016, p. 234-240.
- \_\_\_\_\_. Cultura, memória e resistência: o entre-lugar dos brasiguaios. In: **Anais do VII SEAD - A Análise do Discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Recife: UFPE, 2016. p. 1-9.
- \_\_\_\_\_. Ler a cultura hoje: a construção do consenso nas políticas culturais do Estado brasileiro. In: **RUA** [online], v. 2, nov/2017, p. 311-334.
- ORLANDI, Eni. Do Sujeito na História e no Simbólico. **Escritos**, Campinas, nº 4, maio, 1999.
- \_\_\_\_\_. Apresentação. In: **Discurso e políticas públicas e urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas, Editora RG, 2010, p. 5-10.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi et al. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Da religião à cultura. In: **Anais da ANPOLL**, 2004.
- \_\_\_\_\_. Políticas públicas de direito à língua e consenso etnocultural: uma reflexão crítica. In: **Discurso e políticas públicas e urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas, Editora RG, 2010, p. 127-158.
- \_\_\_\_\_. Discurso e cidade: a linguagem e a construção da “evidência do mundo”. In: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L. CASTELLO BRANCO, L. K. A. (orgs.) **Análise**

**de Discurso no Brasil:** pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011, p. 243-258.

Artigo recebido em: 25/07/2017

Aprovação final: 15/05/2018